



SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL DE 2018

ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas dez horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão extraordinária, para as Comemorações do Dia 25 Abril.

(Ouviu-se o Hino Nacional)

O Senhor Presidente da Assembleia:

Sr. Presidente da Câmara
Sra. Vereadora e Srs. Vereadores
Sras. Deputadas e Srs. Deputados Municipais
Convidadas e Convidados
Minhas Senhoras e meus Senhores

Muito bom dia!

Um agradecimento muito especial a todos, pela vossa participação nesta sessão solene, de homenagem ao 25 de Abril.

Muito obrigado.

- 25 de ABRIL de 2018

O Dia da Liberdade

(José Jorge Letria)

*Este dia é um canteiro
com flores todo o ano
e veleiros lá ao largo
navegando a todo o pano.
E assim se lembra outro dia febril
que em tempos mudou a história
numa madrugada de Abril,
quando os meninos de hoje
ainda não tinham nascido
e a nossa liberdade
era um fruto prometido,
tantas vezes proibido,
que tinha o sabor secreto
da esperança e do afeto
e dos amigos todos juntos
debaixo do mesmo teto.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Foi há 44 anos! O outro dia febril que mudou a história numa madrugada de Abril, foi o dia 25 de Abril de 1974, dia da liberdade.

*... a nossa liberdade
era um fruto prometido,
tantas vezes proibido...*

44 anos de liberdade!

A liberdade de pensar e de agir, é a maior conquista do 25 de Abril.

A liberdade, conquistada pelos valorosos Capitães de Abril, que nunca é demais referir, foi-nos entregue sem pedido de quaisquer contrapartidas.

O dia 25 de Abril é uma data a reter e a saudar sem quaisquer reservas, seja qual for a força política em que militarmos ou simplesmente simpatizarmos. É nosso dever evocar o 25 de Abril e transmitir os valores adquiridos, a todos quantos não tiveram o privilégio de viver em pleno este dia, por serem muito jovens ou ainda não terem nascido, os meninos de hoje que ainda não tinham nascido, como diz o poeta.

É preciso dizer aos jovens que a nossa liberdade era um fruto prometido, tantas vezes proibido.

É preciso avisar que às mulheres eram negados quase todos os direitos, desde o direito de votar, o direito de estudar e até o direito de casar com quem desejavam.

Nenhuma das nossas avós teve o direito de votar, só uma minoria teve acesso ao ensino superior e as professoras tinham de pedir autorização para casar. Felizmente tudo isto mudou, o direito de voto é um direito universal, as professoras podem casar com quem desejarem e uma estatística desta semana deu-nos a conhecer que o número de mulheres no ensino superior ultrapassou o dos homens.

Os homens já tinham o direito de voto, tantas vezes condicionado, mas o direito à educação estava reservado a uma elite, muitas vezes dependente do poder económico e até do poder político, principalmente no acesso ao ensino superior.

É preciso dizer aos jovens que a liberdade que têm hoje, fruto do 25 de Abril, foi apenas uma miragem para os mais velhos.

Hoje, o acesso ao ensino superior depende apenas da vontade e do trabalho dos alunos. A educação é universal e todos têm oportunidade de atingir os mais altos títulos académicos ou formação especializada.

A participação em programas internacionais permite aos jovens desenvolver os seus cursos no estrangeiro e ao mesmo tempo conhecer outras culturas.

Ao contrário, antes do 25 de Abril, aos jovens, principalmente aos homens, era proibido sair do país e apenas era permitido aguardar a ordem de ingresso no serviço militar e, tantas vezes, de partida para uma guerra fratricida que nenhum desejava.

Eu era um dos que estávamos preparados para a partida, que felizmente nunca aconteceu, graças ao 25 de Abril, que tive a oportunidade de viver em toda a sua plenitude. É com vivacidade que recordo esta data.

Se outros motivos não houvesse, o fim da guerra colonial, que afetou grande parte da juventude do nosso país, alguns com a perda da própria vida, era, por si só, suficiente para celebrarmos o 25 de Abril com toda a nossa alma.

Onde estava no 25 de Abril?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

É uma pergunta pertinente que se faz muitas vezes e para a qual teríamos muitas respostas.

Se alguns, os mais velhos, tiveram a oportunidade de participar e viver o 25 de Abril das formas mais diversas e nos locais mais variados, mas sempre na esperança de ver chegar a liberdade, sem qualquer hipótese de retorno, grande parte da atual população portuguesa, não teve a oportunidade de viver este grande dia em nenhum local, pelo que é necessário transmitir-lhes toda a grandeza da chamada revolução dos cravos.

É bom recordar que foi uma revolução que ocorreu sem derramamento de sangue e considerada um modelo para o mundo.

É dever daqueles que estiveram na revolução de Abril, de forma mais, ou menos ativa, transmitir os valores de Abril, então vividos e felizmente preservados até hoje.

São os valores de liberdade, justiça e igualdade que teremos de defender de forma intransigente, sob pena de voltarmos a perder a nossa própria dignidade de pessoas e de povo soberano.

Já muitos o tentaram, pelas mais variadas formas, mas não o conseguiram, nem nunca o conseguirão, se formos capazes de manter Abril vivo e como garante da democracia adulta que soubemos construir e defender ao longo destes 44 anos.

Nem sempre foi fácil, mas foi possível.

A nossa vivência em democracia teve muitos altos e baixos, mas soubemos sempre escolher o nosso caminho. Também aqui o caminho se faz caminhando. O 25 de Abril ainda não está resolvido e espero que nunca venha a estar. O 25 de Abril tem de continuar a ser construído todos os dias!

O Povo Português, uma vez livre, identificou-se de imediato com o regime democrático e não mais permitiu qualquer retrocesso neste processo, que se consolidou ao longo dos anos.

O Poder Autárquico Democrático, que se começou a constituir em 1976 com as primeiras eleições autárquicas, é o mais sentido pelas populações.

É a possibilidade que as pessoas sentem de poder participar nos órgãos de gestão da sua terra ou, pelo menos, poder eleger representantes que conhecem e a quem podem, em qualquer altura, pedir contas.

O nosso Concelho é um exemplo vivo do interesse com que se encara o poder autárquico. Conscientes das dificuldades a enfrentar, nas últimas eleições autárquicas, apresentaram-se à disputa eleitoral quatro formações partidárias e um movimento cívico. Estamos a falar de muitas centenas de cidadãos, disponíveis a servir os interesses do Concelho. Houve vencedores e vencidos, mas os princípios de respeito e liberdade preconizados pelo 25 de Abril estiveram sempre bem presentes nas mais diversas atividades de campanha. Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer e dar os parabéns a todos os que souberam manter vivo o espírito de Abril.

O Poder Autárquico é, seguramente, o maior exercício de democracia a que temos vindo a assistir desde a Revolução dos Cravos. Cada um dos autarcas responde diretamente aos que o elegeram e tem o dever de respeito e de verdade. Que saibamos sempre respeitar aqueles que nos elegeram, pois só assim saberemos respeitar-nos a nós próprios.

Façamos funcionar a democracia e respeitemos o espírito de Abril.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Hoje é dia de festa, comemora-se o 25 de Abril!
25 de Abril, sempre!
Viva o 25 de Abril!
Viva o Concelho de Nelas!
Viva Portugal!
Muito obrigado.

Depois desta breve introdução vamos dar continuidade a esta sessão solene do 25 de Abril, passando a dar a palavra aos Grupos representados nesta Assembleia Municipal e começo pelo M CCD, dando a palavra à Senhora Deputada Municipal Teresa Pinto. Faça favor de usar a palavra.

A Senhora Deputada Teresa Pinto:

- Ex.^{mo} Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal
Ex.^{mos}. Senhores Vereadores
Ex.^{mos}. Membros da Assembleia Municipal
Estimado Público
Muito bom dia

Hoje, comemoramos o quadragésimo quarto aniversário da “Revolução dos Cravos”, um acontecimento marcante na História de Portugal e para o Povo Português que, num só dia, derrubou o Regime ditatorial do Estado Novo (instaurado em 1933 por António de Oliveira Salazar).

Em 25 de Abril de 1974 os portugueses souberam conquistar a Liberdade de opinião e de expressão. Finalmente era possível dizer aquilo que se pensava sem medo da prisão e da tortura.

Nos dias que se seguiram acabou a polícia política, a PIDE, que foi durante décadas, símbolo da perseguição política, da prisão, da tortura, da repressão violenta sobre quantos se opusessem ao Estado Novo.

A Revolução de Abril instituiu as liberdades democráticas - de constituição e actividade dos partidos políticos, de associações, de reunião, de manifestação, de expressão do pensamento, de direitos sindicais.

A Revolução de Abril representou a emancipação das mulheres, das maiores conquistas que Abril nos deu, libertando-as do país do Estado Novo onde os direitos da mulher eram tão limitados que, para saírem do país, trabalhar no comércio, abrir conta bancária ou tomar contraceptivos, só era possível com autorização do marido.

Na história das mulheres há desigualdade, discriminação e muita violência. A luta pelos mesmos direitos do homem, foi dura e longa e, ainda hoje não chega a todas as mentalidades. Ser mulher, antes de Abril, era viver condicionada nos direitos, nas liberdades e na igualdade. Com o 25 de Abril em Portugal todos ganharam, mas as mulheres em especial tendo em conta que estas e outras leis foram rompidas/laceradas quando, em 2 de Abril de 1976, os seus direitos ficaram consagrados na Constituição da República. Foi instituída a igualdade entre género, foram estabelecidos direitos e deveres sociais tais como segurança social, saúde, habitação, tratamento das matérias relacionadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

com a proteção da mulher no trabalho, na gravidez, na maternidade e, em 1974, fixado o salário mínimo nacional, medida que diminuía as diferenças salariais.

Atualmente, as mulheres constituem uma parte importante de mão-de-obra no mercado do trabalho. Ao contrário do que acontecia antigamente, poucas são agora as que ficam em casa, o que lhes permite ter independência, quer monetária, quer social e a capacidade de lutar contra as injustiças que, apesar de tudo, ainda persistem. Como é o caso actual no nosso concelho da Covercar, instalada em Canas de Senhorim, inaugurada em Maio de 2017 pelo Ministro do Planeamento e Infraestruturas, e que está a deslocalizar para Marrocos a sua produção destinada à portuguesa AutoEuropa e, com isso, reduzir em 70% a sua força de trabalho, constituída maioritariamente por mulheres.

Foi com preocupação que o MCCD soube desta notícia, esperando que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores; assim como esperamos que o processo de deslocalização seja revertido e que a empresa venha a constituir o fator de desenvolvimento económico e social para o concelho que justificou os apoios e incentivos concedidos pelo Município à sua instalação.

Hoje, em Portugal, vivemos em democracia. Enriquecida pela Cidadania, tão presente no nosso Movimento. É crucial, cada vez mais, a implementação do conceito de Cidadania, enquanto expressão de participação dos cidadãos na vida pública e de alternativa democrática que enriquece a diversidade ideológica.

O aumento da abstenção no nosso país é uma preocupação atual face a um maior distanciamento entre eleitores e governantes dos diversos partidos políticos. Quando se procuram as razões para esse desfasamento surgem sempre como imperativos a falta de confiança nos políticos, falta de interesse, em consequência de “não mudar nada”, já me desiludi várias vezes” ou “são todos iguais”! Bem como o assistir a campanhas que se baseiam em distribuir afetos pela população idosa e “vender” promessas e ilusões. São todos os caminhos mais curtos para continuar a aumentar a abstenção. Entramos num ciclo vicioso em que uns são desinteressados e os outros acabam por desistir. Decresce a qualidade política, empobrece a democracia!

Não votar implica que se assista a um aproveitamento desta taxa de abstenção e dos seus motivos para se fazerem escolhas em detrimento próprio. Deixamos assim à sorte, como se de um jogo se tratasse, a composição dos órgãos que vão decidir o futuro do nosso concelho. Não podemos assim, ignorar esta escolha.

Votar é a expressão mais nobre da democracia!

Como Movimento político tentamos que os nossos representantes sejam o mais inspirador de seriedade e confiança, ao invés de suspeitas por práticas duvidosas e sem se moverem por interesses, fins monetários, expurgados de autoritarismos, preconceitos, oportunismos e medos.

Apelamos à participação de todos os cidadãos a darem o seu contributo para benefício do desenvolvimento do nosso concelho.

As conquistas do 25 de Abril fazem parte do nosso quotidiano. Talvez por isso nos esqueçamos de valorizar o bem precioso que foi devolvido ao país nessa data:

A Liberdade.

Viva o 25 de Abril;

Viva a Cidadania;

Viva o Concelho de Nelas.

Obrigado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Nelas, 25 de Abril de 2018
Os Membros da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dou agora a palavra à Senhora Deputada Maria João, do PSD.

A Senhora Deputada Maria João:

- Bom dia a todos
Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Srs. Vereadores,
Caros colegas
e Digníssimo público.

Celebramos hoje o 25 de abril, data da revolução dos cravos e por tantos reconhecido o seu significado, dia comemorativo desde há 44 anos que agora se perfazem.

Data que mesmo alguns, mais jovens, possam não lhe reconhecer representatividade, já a expressão que se institui no léxico português, não lhes é estranha. A associação que lhe atribuímos são os valores da Liberdade e da Democracia. A grandeza destes valores pessoais e sociais assumem importância vital, tanto, que obrigam o cidadão informado a manter vivo, a explicar, a ensinar o espírito de Abril a quem, felizmente, a juventude da idade, lhe permite ter interiorizado como dados adquiridos.

A importância da Liberdade e Democracia são tão fortes, tão sinérgicos, tão difíceis de manter, que a sua real existência é continuamente discutida por, ambigualmente recearmos a sua restrição, a sua inexistência.

Mas é fácil perceber que tal aconteça, entendendo a Liberdade como o direito de agir segundo o livre arbítrio, de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique o outro. Resulta, a primeira parte numa interpretação direta de um direito pessoal expresso e, a segunda numa obrigação social implícita, deixando-nos a todos sujeitos aos valores pessoais de cada um e à mercê da sua própria vontade. Daqui resulta o que tanto ouvimos: para o exercício da liberdade é preciso haver um enorme sentido de responsabilidade, diz-se das democracias maduras, de Estados formais em que, por consequência, a necessidade de legislar, a imposição de regras deveria ser menor, ora precisamente o contrário do que assistimos nos dias de hoje. Temos tantos meios para nos expressarmos, já está ao alcance de todos os vulgo “15 min. de fama”, “um palco” para quem o enseje, mas nunca como agora nos sentimos tão afetados por tanta impunidade na invasão da nossa privacidade, no condicionamento das nossas escolhas e que já afeta as maiores Democracias, vejámo-nos os novos Senhores do mundo, a insegurança que vivenciamos.

A Democracia é um regime político em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente. Tal, no exercício da Liberdade responsável, nos deve permitir ter governantes, em toda a verticalidade do poder administrativo, que os motivem sê-lo pela causa nobre de dirigir os destinos de uma sociedade, com o devido respeito pela coisa pública e que sobreponham os interesses da freguesia, do concelho e do país acima dos pessoais e das vaidades individuais alheias ao bem comum. Palavras bonitas dirão e discurso gasto com razão, veja-se o que se vive no país que tão revoltados e frustrados nos deixa, longe de exemplos incentivadores de uma sociedade cumpridora e responsável



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

que é o que nos permite crescer, ser um país em desenvolvimento contínuo e respirar segurança.

Todavia, para não perder o que para muitos foi ganho com lágrimas, com privação de liberdades individuais básicas e humilhações e estão aqui tantos que, certamente se lembram e passaram por isso, cabe a cada cidadão manter viva a Democracia. Deve fazê-lo cumprindo com as obrigações à sua medida, através do exercício da sua liberdade individual que termina quando invade a do próximo, no cumprimento do pagamento das suas obrigações, no respeito pelo direito do que recebe do Estado, na escolha de quem governa pela competência que se lhe reconhece e não pela espera do favor político. Ainda, no exercício das funções enquanto prestador de serviços para o Estado, sobretudo quando exerce cargos políticos sejam estes na governação, no apoio a esta e que para tal se façam escolhas que têm de ser baseadas em provas dadas, na experiência, nos conhecimentos e competências para utilidade pública. Por fim, no exercício da oposição cuja fulcral importância da sua existência, determina a da própria Democracia.

No que ao Poder Local concerne e aqui hoje nos traz, importa realçar que se completam 6 meses do atual mandato, composto por um executivo que representa uma maioria inequívoca a que lhe subjaze em igual medida, a responsabilidade de bem governar, pela liberdade de escolhas que pode fazer e pelas decisões de gestão que só a si pode imputar, no agora e ainda longo caminho a percorrer.

Enquanto oposição, na representatividade que nos foi atribuída, no partido que representamos, um dos instrumentos de respeito da Democracia e com equipa renovada, podem contar connosco, poder executivo e munícipes, na colaboração empenhada, responsável e dispondo de todos os nossos conhecimentos, competências e experiência ao serviço da causa pública. Com isto não queremos dizer que concordemos com tudo só porque o nosso sentido de voto possa ser inócuo, mas também não estaremos contra tudo pelo mesmo motivo e assim termos uma vida facilitada e no sentido do gosto de tantos, por da oposição se tratar. Não foi a isto que viemos e não é por isso que aqui estamos. Constituímos, na sua maioria, pessoas sem experiência política mas com o apoio tão útil de quem a tem, independentes da mesma pelo que estamos para dar o nosso melhor, que é indagar, questionar, ser esclarecidos para decisão informada, ou não acumularíamos esta causa nobre com as nossas vidas profissionais que todos desempenhamos. Vivemos com toda a honestidade, dignidade a viver o presente para a construção do futuro, livres de pesos que a argúcia política, contra a moral nos queira atirar. Estamos aqui também com a humildade de quem pede ajuda aos munícipes que queiram, através de nós, fazer chegar os seus contributos, as suas necessidades, opiniões e sentido crítico construtivo, para todos em conjunto, fazermos de Nelas um concelho onde gostamos de viver.

Viva a Liberdade,
Viva Democracia,
Viva Portugal,
Viva ao Concelho de Nelas.
Grupo Parlamentar do PSD.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Manuel Henriques, em representação do CDS/PP.



O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- 44 ANOS DE 25 ABRIL - 44 ANOS A CONSTRUIR A DEMOCRACIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exma Sra. Vice-Presidente

Exmos. Srs. Vereadores

Caríssimo e estimado Público do Concelho de Nelas

A data que hoje celebramos – momento fundador do regime democrático e alicerce das nossas instituições políticas – é, ao fim de 4 décadas, um grande consenso na nossa vida cívica e política!

Somos uma nação e comunidade política com oito séculos de história! Não começamos a nossa caminhada a 25/04/1974. Mas, importa dizê-lo, nesta data não escrevemos uma mera nota de rodapé.

Tivemos sim um momento de recentramento do nosso papel e estatuto enquanto País junto das nossas nações irmãs da Europa, com as quais partilhamos cultura, valores e civilização.

O 25 de Abril derrubou um regime ultrapassado, estagnado social e politicamente. Derrubou uma estrutura de poder anacrónica, à época totalmente desfasada dos anseios dos contemporâneos da revolução de Abril. Dai o Estado Novo ter caído sem estrondo, mas com total rendição, para alívio de milhões de portugueses.

O meu agradecimento sincero vai, em primeira linha, para aos militares de abril - em particular para aqueles patriotas desligados de agendas ideológicas internacionalistas, tão em voga na época – que pela sua perseverança e patriotismo, conseguiram que o nosso país, em poucos anos, regressasse ao convívio dos regimes liberais e constitucionais europeus que nos são próximos na cultura, na língua, na religião e na forma de ver o mundo.

Como cidadão português nascido depois da Revolução de 1974, e também como militante do CDS/PP, olho para o 25 de abril de duas formas:

Em primeiro lugar satisfeito e orgulhoso pelas conquistas sociais e políticas que estes 44 anos proporcionaram ao povo português!

Em segundo lugar orgulhoso do nosso povo e suas instituições, pela evolução que, em democracia, souberam ter, não se aprisionando em dogmas ideológicos, o que permitiu, com grande pragmatismo, ir muito além do que se podia retirar da estreiteza ideológica de alguns vencedores da primeira hora.

O Socialismo – proclamado eterno no PREC - ficou fechado e bem fechado na gaveta da história, a bem de Portugal e dos Portugueses! **Felizmente, a adoção de ideologias estrangeiras e contrárias à natureza do povo português, não era o destino que o povo português queria para si!**

É, pois, de saudar a nossa democracia, pluralista, liberal e constitucional que o 25 de Abril e sobretudo os anos que se lhe seguiram, com a derrota democrática de projetos contrários ao interesse do povo português, permitiu consagrar na nossa prática constitucional!



De saudar e nunca é demais dizê-lo, a **democracia liberal pela** alternância democrática que praticamos, pacificamente, nas mais variadas eleições, nacionais ou locais.

De saudar a **democracia liberal pela garantia intransigente da** independência dos nossos tribunais.

De saudar a democracia liberal por dar espaço aos anseios da nossa população e, sem atropelos, permitir a alternância pacífica de projetos políticos, à esquerda e à direita, sem tutelas sobre se o meu governo é mais do 25 de abril que o teu!

A entrada de Portugal no espaço económico europeu – a partir de 1986 – apenas veio confirmar este estatuto que é nosso por direito. Perdeu-se um país socialista. Ganhou-se uma democracia liberal, constitucional, europeia e na carruagem da frente dos países mais desenvolvidos da Europa e do mundo!

Mas estará tudo bem, hoje com a nossa democracia?

Bem ou mal não se culpe o 25 de abril. Cumpriu o seu papel histórico de rutura! Porque o Portugal de Hoje já não é o de Setenta. E as respostas aos nossos problemas de hoje – que me perdoem os românticos - também já não podem ser encontradas nessa década nem nesses protagonistas.

Importa por isso cuidar do nosso regime e das suas práticas democráticas, sempre em contacto com o contexto europeu.

Falar do 25 de abril – nesta casa - será também falar da Democracia Local e da participação cívica e política que as autarquias proporcionam aos cidadãos deste Município.

Nestes 44 anos, todos estes nossos briosos autarcas deixaram obra significativa e visível, sem prejuízo das diferenças de contexto e das ideias que os motivavam e pelas quais trabalharam.

O nosso concelho faz, necessariamente, um balanço positivo destes 44 anos de democracia. Desenvolveu-se. Tornou-se comarca. Manteve uma forte base industrial e emprego qualificado, alargando esta vocação com visão e perseverança, resistindo a crises graves como foi o caso do encerramento da CPFE e da ENU. Criou-se infraestruturas social e cultural de primeira linha, algo impensável na década de 70. Afirmou-se o Vinho como sector estratégico e identitário. Reconciliou-se o concelho pela mão do CDS/PP e do PSD, quando a cisão parecia um facto consumado fruto de inúteis lutas fratricidas que não queremos ver repetidas nem tão pouco estimuladas. 2005 abriu um novo ciclo neste concelho, algo que a atual Assembleia e Executivo camarário, pela proveniência da sua composição tão bem refletem. Deixem-me personalizar. Isaura Pedro e Manuel Marques merecem, neste particular, o nosso reconhecimento pela coesão que o Concelho tem hoje.

Mas, neste balanço, não podemos deixar também de dar nota de aspetos menos positivos e, em parte contrários, a meu ver, ao espírito do 25 de abril.

Dizer, em primeira linha, que bem podem alguns hoje encher-se de palavras apropriadas à data quando amanhã a sua conduta será de oposição a essa retórica efémera. Sabemos todos nesta sala que existem ainda pessoas no nosso concelho prejudicadas apenas pelo facto de serem apoiantes ou familiares de adversários políticos do poder do dia. Despromoções funcionais ou desmoralização profissional – para mais quando se tratam de funcionários públicos – são práticas que nos envergonham enquanto comunidade política. Envergonham os que levam por diante tais práticas e mais ainda os que se calam, por cobardia, perante estas práticas.



Por outro lado, a transparência. Os tempos são de exigência para todos nós. É elevado o escrutínio. É obrigação dos nossos autarcas serem transparentes para com a comunidade nos que aos interesses económicos diz respeito.

Aqueles que desempenham o mandato popular e estou-me a incluir nesse grupo - que lhes foi DADO pelo povo - devem saber ter um comportamento de tal forma idóneo que em momento algum se levantem dúvidas de que essa mesma pessoa possa estar dividida entre interesses públicos e interesses estritamente privados, agindo SEMPRE com probidade face às responsabilidades políticas que lhe foram confiadas. Que ninguém esteja na política para enriquecer, escondido em centros de poder camuflados por amigos ou familiares. A comunidade é pequena. Todos percebemos. Merecemos esta dedicação e este esforço.

Por último e não menos importante

Urge ter uma política séria para as nossas aldeias e freguesias rurais, que estão a morrer. É deprimente verificar que muitos dos nossos jovens preferem mudar-se das freguesias onde tem a sua identidade e ascendência para as localidades mais urbanizadas do concelho. E fazem-no por falta de ofertas de habitação e equipamentos nas suas aldeias de origem.

Quando criticamos o Estado por ser excessivamente centralista, devemos perguntar: e nós aqui na sede de concelho, fazemos diferente? Precisamos de discriminação positiva para as nossas aldeias! Precisamos que o Município de Nelas olhe para o edificado abandonado e degradado como uma oportunidade, de o adquirir, reabilitar e aliená-lo como habitação social para as famílias mais jovens. Nas últimas autárquicas e orgulhosamente o CDS/PP levantou essa bandeira. Poderá o Senhor Presidente agarrar esta missão e torna-la algo de emblemático no seu mandato? E para tal basta aproveitar os recursos disponíveis. Que se olhe, verdadeiramente, para os bons exemplos que temos no Concelho levados a cabo pela Fundação da Lapa do Lobo ou pelos Moinhos do Pisão na reabilitação e rejuvenescimento do espaço onde se inserem.

Precisamos que o nosso concelho – que é pequeno – seja de todos e para todos. E aqui, e com grande franqueza democrática tenho de dizer, acho que estamos a regredir, e muito, nos 5 anos desta presidência.

Fica também um desafio ao líder desta Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal: porque não descentralizar num destes anos estas cerimónias? Levar, nesta importante data, a cerimónia principal os órgãos democráticos locais às nossas aldeias? Localidades com grande história como a Agueira, Senhorim, Folhadal, Vilar Seco ou Canas de Senhorim e outras – que os acasos da história tiraram algum fulgor ou centralidade – merecem esse sinal e ver honradas as suas tradições desta nossa comunidade política entre o dão e o mondego que é nossa e que muito amamos e que é de todos. Que é Planalto Beirão. Que é Coração do Dão.

Viva Portugal!

Viva o Povo Português!

Viva o Concelho de Nelas e as suas Freguesias!

Manuel Alexandre Henriques



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Maia Rodrigues, em representação do PS.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Bons dias.

Minhas senhoras e meus senhores, povo do concelho de Nelas.

Se considerarmos o regime Salazarista a partir da constituição de 1933 e a democracia desde a promulgação da constituição (1976), constatamos que temos tantos anos de democracia como de ditadura, mais precisamente 41. Por isso devemos questionarmo-nos: como pode um regime político sem polícia política e sem prisões para delitos de opinião sobreviver tanto tempo, num país que, no século XX, e excluindo 10 anos de monarquia e 46 de ditadura passou por mais de 65 governos?

A 1.^a república durou pouco menos de 18 anos.

É por isso que acredito que se devemos a democracia e liberdade aos capitães de Abril, dificilmente estaríamos a comemorar hoje em liberdade, se ao povo não tivesse sido restituída a sua dignidade, sendo criadas e desenvolvidas as necessidades fundamentais a que têm direito.

De acordo com o artº 25º da declaração universal dos direitos do homem “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

Tentemos então ver o que tem mudado:

Começemos com o acesso a alimentação, ao vestuário e ao alojamento:

Um 1º passo, o SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL:

O salário mínimo foi definido logo após o 25 de Abril, mais precisamente em Junho de 1974. Esta medida política tem sido, ao longo da nossa democracia, muito contestada pelas entidades patronais, mas recordamos que o Banco de Portugal referiu recentemente que a subida do salário mínimo em 2017 poderia ajudar a compreender e explicar a melhoria do crescimento económico.

Mas vejamos outros passos seguintes:

O RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO (agora designado por RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO) instituído em 1996 e a PENSÃO SOCIAL DE VELHICE instituída em 1999. Ambos apoios sociais criados pelo PS têm permitido combater a face mais severa da pobreza e da exclusão social definindo de modo universal valores mínimos sociais para garantir a dignidade dos cidadãos. Ouvimos, ainda hoje, muita contestação porque, infelizmente, há sempre quem se aproveite indevidamente destes apoios sociais. Mas nenhuma das críticas teve como consequência que estas medidas fossem eliminadas, apesar das sucessivas alternâncias de governos.

Como consequência a taxa de pobreza (Indicador que Mede o risco da pobreza: proporção da Famílias com rendimento inferior a 60% da mediana dos salários) tem diminuído consideravelmente de 25% em 1974 para 17,9% atualmente.

Analisemos o que evoluiu na SAÚDE, outro dos direitos fundamentais:



O Serviço Nacional de Saúde foi criado em 1979, também pelo PS, visando assegurar o direito à saúde (promoção, prevenção e vigilância) a todos os cidadãos portugueses.

Desde 1974 temos visto crescer significativamente o número de profissionais de saúde. Entre 1970 e os nossos dias o número de médicos por 100.000 habitantes cresceu de 100 para 400 e o número de enfermeiros cresceu de cerca de 80 para mais de 600.

Hoje podemos dizer que apesar de sermos um país pequeno orgulhamo-nos de termos serviços de saúde classificados à frente dos do Reino Unido, da Espanha ou da Itália, países muito maiores e mais ricos que Portugal. Hoje temos indicadores de saúde refletidos na longevidade e na taxa de mortalidade infantil que nos colocam ao lado dos países mais desenvolvidos e ricos.

Em minha opinião estes terão sido os pilares base que têm permitido a manutenção do nosso regime democrático.

Mas outros progressos se têm implementado.

A participação das mulheres na política e na vida pública é uma questão de justiça e igualdade de oportunidades:

Na década de 70 eram os indivíduos do sexo masculino que mais frequentavam as universidades. Ao longo dos anos 80 a relação de feminilidade nas universidades foi-se invertendo continuamente.

No ano 2000, a percentagem de mulheres que frequentava o ensino superior era superior a 56% da população universitária e, mesmo com a diminuição geral do número de alunos, esta percentagem tem-se mantido nos 53% desde 2010 até aos nossos dias.

Apesar da maioria percentual verificada e do conseqüente aumento de mulheres com formação superior, estas foram sempre discriminadas e impedidas de participar nos principais órgãos de decisão públicos e privados.

Em 2006 foi criada a lei da paridade, que obriga a uma percentagem de participação mínima obrigatória de mulheres na formação das listas candidatas aos órgãos políticos. Mas mesmo assim, uma década após a adoção da lei, a participação das mulheres na política autárquica continua abaixo do requerido pela mesma (33,3%) em todos os órgãos que estavam sujeitos ao cumprimento da lei. Por isso me congratulo com a mais recente alteração à lei esperando que venha a permitir que as mulheres ocupem o lugar à que têm direito na sociedade.

Poderíamos continuar a falar de muitas outras melhorias que contribuiriam para que a nossa sociedade tenha vindo a ser cada vez mais justa e equilibrada, mas ficamos apenas pelas que considero mais importantes.

Mas, neste panorama, qual foi o papel das autarquias?

Não cabendo às autarquias o poder de definir as grandes linhas de intervenção nas necessidades básicas de vida nem quanto à igualdade entre as cidadãs e os cidadãos, concluiremos, muita rapidamente e por simples contemplação a importância do seu papel na melhoria das condições de vida:

Como seria a nossa vida, do ponto de vista económico, sem a existência de zonas industriais que permitissem que a maior parte da população tenha o seu trabalho próximo do seu local de residência?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Como seria a nossa sociedade sem água potável em cada uma das casas dos nossos núcleos populacionais?

Como poderíamos conceber a nossa sociedade sem a recolha de lixo organizada e periódica muito próxima das nossas casas?

Como seria a nossa saúde sem uma rede de tratamento de águas residuais plena e eficaz?

Tantas coisas que já são tão comuns que quase não damos conta da sua importância.

São essas coisas que têm sido criadas e garantidas pelas câmaras municipais e, colaborando com elas, pelas juntas de freguesia, que permitem que mantenhamos serviços de proximidade que influenciam positivamente a nossa qualidade de vida.

Diremos que constatar e reconhecer estes benefícios é unanimemente aceite como trabalho positivo das autarquias em favor dos seus munícipes, mas qual é a posição política de cada um de nós quando temos que participar nas decisões a tomar para que se implementem? Quando temos que arriscar para que estes benefícios sejam realizados e, para isso, tenhamos que entrar no campo das incertezas, como por exemplo contraindo empréstimos para as realizar?

Censuramos e criticamos sem avaliar o risco do custo benefício ou, como pilatos, lavamos as mãos dizendo que aceitamos e aplaudimos os benefícios mas temos problemas de consciência em assumir os riscos imprescindíveis para que se concretizem, isto é, os empréstimos para os realizarmos.

Quantos de nós podemos afirmar que o património que possuímos: a casa, o carro, etc., etc., não teve antes o risco de um empréstimo? E quanto nos custou em termos de sacrifícios pessoais? Será que não valeu a pena?

Fruto da visão do atual executivo municipal e após correremos o risco de contrair dívidas de 3,2 milhões de euros termos, num futuro próximo, estações de tratamento de esgotos em todo o concelho, novos depósitos de água e melhoria da rede de distribuição, melhores equipamentos urbanos, industriais e culturais, rios mais despoluídos, melhor ambiente, mais qualidade de vida, melhores acessibilidades, desenvolvimento sustentável. Num futuro breve todos estaremos de acordo, todos aplaudiremos estes benefícios.

Então com que motivações nos pronunciamos contra a forma de as podermos concretizar?

Como podemos constatar muita coisa tem mudado mas sentimos que ainda é pouco. Ficámos aquém, gostaríamos de ter chegado mais longe. Em todos os fatores referidos, nós, cidadãos, pretendemos melhorar cada vez mais e mais e sabemos que ainda há um grande caminho a percorrer. No entanto podemos constatar que independentemente dos bons e maus momentos da economia portuguesa, sem qualquer sombra de dúvida, o Partido Socialista tem estado na 1ª linha na defesa dos salários e rendimentos dos trabalhadores e principalmente daqueles que estão mais vulneráveis. O Partido Socialista tem estado sempre no caminho do desenvolvimento e do progresso ao nível económico, social e cultural e, no nosso concelho, o progresso e o futuro sempre passou e passará também pelo Partido Socialista.

Como devem ter dado conta, não comecei esta intervenção da forma habitual fazendo uma vénia e um cumprimento especial à mesa e às individualidades políticas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

presentes e, como devem entender, não foi por acaso. O 25 de Abril é o dia em que nos devemos lembrar que toda a razão de ser da política é servir o povo.

Termino, por isso, com o que nos diz o papa Francisco:

“Devemos implicar-nos na política, porque a política é uma das formas mais elevadas da caridade, visto que procura o bem comum... não podemos fazer de Pilatos e lavar as mãos. Não podemos!”

Mas logo nos avisa: “Fugi da tentação de vos tornardes príncipes”

Se, nas nossas posições políticas nos desviarmos disso, lavando as mãos e pretendendo ser “príncipes”, estamos a prestar um mau serviço à causa da democracia, a trair o povo por quem fomos eleitos e a esquecer o espírito fundador da nossa democracia, o 25 de Abril.

VIVA O POVO!

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Exma. Senhora Vice Presidente da Câmara Municipal e Senhoras e Senhores Vereadores;

Restante Mesa da Assembleia Municipal;

Exmos. Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal de Nelas;

Exmas. E Exmos. Senhoras e Senhores Munícipes Presentes;

Um cumprimento especial à Juventude que nesta 44.º aniversário das Comemorações de Abril, temos, de facto, aqui na Assembleia Municipal e é sempre gratificante verificar que não é uma cerimónia em que se vão repetindo discursos, mas há cada vez mais pessoas e isso era bom que cada vez mais acontecesse que estejam presentes para os escutar.

Há Municípios, de facto, e isto é de realçar também aqui no Município de Nelas, como soube ontem, por exemplo, em Tondela, em que nem sequer Sessão Solene da Assembleia Municipal Comemorativa do 25 de Abril há. Portanto, é muito bom que durante estes 44 anos esta cerimónia se realize.

Eu tinha 10 anos na altura e tenho todas as condições para ter percebido o que foi o 25 de Abril e para ter acompanhado aquilo que aconteceu a partir daí.

Comemoram-se neste dia, com o formalismo e dignidade que se justifica, nesta cerimónia e neste dia feriado nacional, os 44 anos da revolução de Abril de 1974 que devolveu aos portugueses um dos bens mais precioso na evolução, realização e relacionamento entre todas as mulheres e homens que é a LIBERDADE.

Liberdade que eu tenho que referenciar aqui também, implica responsabilidade e eu, não obstante o que se vê na televisão, não obstante o que é fácil de dizer relativamente a quem exerce ação política e quem quer dar o seu contributo na ação política, eu recuso-me a presumir que um bom profissional, que um bom empresário, que um bom trabalhador, só por exercer um cargo público tem sobre ele o labéu de que passou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

a ser um ladrão, uma pessoa que está na via política e tem que justificar o seu património pessoal.

A presunção da liberdade é uma presunção de responsabilidade de que temos que viver num mundo em que as relações sociais se têm que pautar pela presunção da seriedade das outras pessoas, incluindo de quem, como o Presidente de Câmara exerce funções autárquicas.

Recuso-me a que, durante mais 4 anos, a ter que levar a suspeição de que fui para a Câmara e que misturo o exercício da minha função política com a minha vida pessoal, profissional e económica.

Fiquem a saber que havia processos-crime sobre ações desenvolvidas e que já foram todos arquivados. E eu recuso-me a continuar a ouvir que tenho que justificar publicamente o que é uma mistura entre a minha profissional, política e pessoal.

Digo isto com a liberdade que o dia 25 de Abril me permite também dizer.

Dizia em 2014, aquando da primeira intervenção nesta qualidade de Presidente de Câmara, que muitos discursos foram desde então já feitos. Tudo, incluindo nesta cerimónia, foi já dito acerca da relevância do feito heroico que um punhado de homens, ao som da Grândola Vila Morena, realizou e depois permitiu que continuasse como “Uma Gaivota voava, voava, asas ao vento, coração ao mar. Como ela somos livres, somos livres de sonhar”.

Fica tudo dito por Sophia de Melo Breyner quando refere “Esta é a madrugada que eu esperava. O dia inicial inteiro e limpo. Onde emergimos da noite e do silêncio. E livres habitamos a substância do tempo”.

Que ninguém questione os benefícios da revolução de Abril e temos aqui pessoas, felizmente, que puderam, com mais experiência do que eu e vivência do que eu, acompanhar todos os anos do antes 25 de Abril e do pós 25 de Abril.

Portanto, é inquestionável, apesar dos problemas que continuamos a ter e a querer evoluir e qualificar, é inquestionável que o país e os portugueses e as suas condições de vida, nestes mais de 40 anos, evoluíram claramente muito.

Em 1974 havia proteção social na velhice para 187.000 pessoas e em 2012 esse número era de mais de 2.900.000. A esperança média de vida, felizmente, passou, em 1974, 71 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens e hoje ultrapassa os 82 anos nas mulheres e os 76 anos nos homens. Morriam mais de 42 mulheres em cada 100.000 em partos e mais de 37 crianças em cada cem mil nascimentos e hoje morrem menos de 5 mulheres em cada 100 mil partos e menos de 4 fetos em cada mil nascimentos. A taxa de analfabetismo era em 1974 de mais de 27% da população (mais de ¼ da população não sabia ler nem escrever) e hoje, felizmente, só cerca da 5% não tem a felicidade de descobrir esta riqueza que é a leitura. Em 1974, também este importante elevador social que constitui o estudo, a formação, como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aqui referenciou, pouco mais de 43.000 alunos matriculados no ensino secundário (10º a 12º ano) e hoje são mais de 400.000 que estão matriculadas no ensino secundário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Hoje porem em 2018, depois de 2014 quando falei aqui como Presidente de Câmara pela primeira vez, quatro anos volvidos, não posso deixar de voltar a reflectir sobre aquilo que no nosso nível de autarcas, mais caro nos é dos valores de abril. E qual é esse valor?

A autonomia local constitucional.

Somos um Município com Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Assembleias de Freguesia, Juntas de Freguesia. Como Autarcas, no lugar em que estamos eleitos, um dos valores fundamentais da Revolução de Abril é, de facto, a autonomia local consagrada na nossa Constituição.

As autarquias locais são um elemento fundamental da organização do Estado democrático e uma realidade histórico-administrativa anterior à Constituição de 1976 e ao liberalismo constitucional. As autarquias locais não constituem apenas um poder administrativo burocrático, devem considerar-se como um poder democrático-constitucional. O Estado de direito democrático decorre de vários princípios como a soberania popular, o pluralismo de expressão e organização, a separação de poderes, a garantia dos direitos fundamentais, e a descentralização administrativa (arts. 2º e 235º CRP). As autarquias locais são um dos instrumentos de realização da democracia económica, social e cultural e do aprofundamento da democracia participativa (art. 2º CRP). A definição constitucional de autarquias locais como pessoas coletivas territoriais assenta em dois pontos: a existência de órgãos representativos das populações respetivas e a defesa dos interesses próprios dessas populações (art. 235º CRP).

O Estado é politicamente unitário, mas tem de atender à autonomia insular, à autonomia das autarquias locais, e aos princípios da subsidiariedade e da descentralização administrativa democrática (art. 6º,1 CRP). A descentralização é um conceito político, por exemplo, a descentralização do Estado Novo não se adequaria às exigências da descentralização da atual Constituição. A organização das autarquias locais é descentralizada face ao Estado. As autarquias têm um âmbito de regulamentação próprio através das posturas municipais, regulamentos municipais, têm património e finanças próprias, tem receitas próprias, dispõem de poderes tributários. A eleição para a assembleia representativa é universal e direta, podem ser convocados referendos locais pelos municípios e freguesias, o poder regulamentar próprio não pode ser substituído pelos regulamentos das autarquias de nível superior, e o Governo não exerce tutela política ou de mérito sobre as autarquias. (Vd. arts. 6º, 235º a 242º CRP). As leis de revisão não podem afastar a autonomia local (art. 288º.n) CRP). A lei não pode afastar a existência de autarquias locais, mas pode conformar ou modificar as suas atribuições, e pode criar ou extinguir autarquias. (Vd. art. 164º n) CRP). Uma comunidade municipal historicamente estabelecida não pode ser eliminada pela lei ordinária

O art.6º, n.º 1, CRP liga a autonomia das autarquias à subsidiariedade, ou seja, obriga a que aquilo que as Câmaras e as Juntas de Freguesia podem fazer melhor junto das populações, o Estado é obrigado a descentralizar essas competências com os respetivos meios financeiros para que isso possa acontecer.



A autonomia local, que não existia na Constituição autoritária de 1933, é entendida de acordo com o princípio da subsidiariedade, portanto é uma autonomia de dimensão máxima possível, embora se respeite o princípio do Estado unitário.

Isto resulta também da Carta Europeia da Autonomia Local, no seu art. 3º, 1, dá uma noção de autonomia local muito abrangente: “o direito e a capacidade efetiva das autarquias locais regulamentarem e gerirem nos termos da lei sob sua responsabilidade e no interesse das suas populações uma parte importante dos assuntos públicos”. A Carta Europeia alude a uma capacidade efetiva, à direção dos assuntos sob responsabilidade própria, e a uma parte importante dos assuntos públicos. Não se usa o critério dos “assuntos locais”, ou “assuntos próprios”, pois estes assuntos estão frequentemente relacionados com os interesses nacionais. A lei, de acordo com o princípio constitucional da subsidiariedade (art.6º,1), deve entregar as tarefas decisórias ao nível autárquico mais próximo dos cidadãos, desde que a boa eficiência da administração esteja assegurada. A autonomia local não consiste em cumprir residualmente apenas os assuntos locais, nem a ser, no plano local, o elo de execução das decisões do nível superior da administração pública. As autarquias têm um direito a decisões próprias e devem exercer participação em todos os assuntos, mesmo tratados ao nível das instâncias governamentais, que digam respeito às respetivas populações. Deve haver uma interdependência e planificação entre os interesses nacionais, regionais e locais para se obterem sinergias mútuas. O campo de ação da autonomia local é delimitado por lei, de acordo com a Constituição, e não pelos órgãos superiores da administração. No quadro atual da Constituição, a autonomia local deve ser protegida da intervenção-tutela estadual, mas também do próprio plano decisório de eventuais autarquias supramunicipais.

A autonomia local tem raízes históricas firmes, quer em Portugal, quer no direito comparado, e resulta duma evolução. O município tem sido a estrutura principal da administração local, visto ter sempre desempenhado as principais tarefas, e o importante papel reservado ao município não resultou apenas da atual Constituição, mas também do constitucionalismo anterior.

O papel central do município e a importância da autonomia local não são fenómenos passageiros da atualidade, pois estão enquadrados na história.

Diversamente, naquilo que se quebrou em 25 de Abril de 1974, a Constituição de 1933, do Estado Novo, criado em, 1928, estabeleceu um regime de centralização autoritária. O Código Administrativo de 1936, revisto em 1940, não permitia a autonomia local. O território dividia-se em freguesias, concelhos, distritos e províncias. Não havia eleições diretas para as câmaras. A intervenção do Governo era ampla, podendo inclusive dissolver os corpos administrativos, no caso de considerar prejudicial para os interesses municipais a respetiva gestão desses mesmos corpos administrativos. O presidente da câmara era nomeado livremente pelo Governo, e simultaneamente chefiava a administração municipal e era o representante do Governo na autarquia.



É, pois, no constitucionalismo atual que vamos encontrar uma efetiva autonomia municipal, um verdadeiro poder local democrático, e a consagração de duas regiões autónomas fora do continente.

No constitucionalismo atual, na Constituição, nestes 44 anos, existiu, de facto, autonomia e poder local efetivos

A situação inverteu-se face ao constitucionalismo anterior de 1933, após cerca de 40 anos. Esta afirmação vai basear-se na consideração de quatro pontos fulcrais.

a) O plano das atribuições e competências constitucionais e legais, que todos conhecemos ao nível da Educação, ao nível do espaço público, da rede viária, da proteção civil, a nível fiscal, ao nível da promoção do desenvolvimento, todas essas competências constitucionais e legais.

O legislador confiou ao poder local um importante conjunto de atribuições e competências, conferindo-lhe um poder decisório próprio face à administração estadual, diversamente do constitucionalismo anterior. A lei entende que os interesses locais são melhor desempenhados ao nível local, conferindo autonomia decisória discricionária aos órgãos locais. Cabe às autarquias a defesa dos interesses próprios das populações recenseadas, com respeito do princípio da descentralização administrativa (art. 237º CRP) e da subsidiariedade (art. 6º CRP). Os poderes de decisão, participação e consulta, quanto aos interesses locais, cabem às autarquias, não se devendo preferir o nível superior de administração, exceto se tal for exigido pelo princípio da boa administração (art. 5º CPA). A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro contempla a descentralização administrativa, a transferência e a delegação de competências. As atribuições podem passar do Estado para os municípios e entidades intermunicipais e dos municípios para as freguesias e entidades intermunicipais, sendo o instrumento o contrato interadministrativo.

b) O plano das finanças locais

Diversamente do que sucedia no regime constitucional de 1933, as autarquias têm receitas relativamente suficientes para cumprirem as tarefas administrativas legais. A Lei das Finanças Locais cabe à competência reservada da AR (art. 165º1.q. CRP). Pretende-se uma justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, devendo corrigir-se as desigualdades entre as autarquias do mesmo grau (art. 238º2 CRP). As autarquias elaboram os orçamentos próprios e gerem as despesas sem necessidade de autorização do Governo. A Lei do Enquadramento Orçamental considera os orçamentos das autarquias locais e das regiões autónomas como independentes do orçamento do Estado. Estão proibidos os subsídios ou participações financeiras pelo Estado aos municípios e freguesias. O art. 254º,1 CRP prevê a participação dos municípios, realçando o seu papel primacial, nas receitas dos impostos diretos do Estado e receitas tributárias próprias. Assim, as receitas dos municípios, que têm de ser calculadas anualmente de forma proporcional face ao volume de tarefas administrativas próprias ou delegadas aos municípios, nos termos da lei, resultam da cobrança das derramas e impostos municipais, do produto das taxas e preços, da participação nos impostos do Estado (IMI, etc.), de empréstimos, etc. (Vd. Lei nº 73/2013, 3-9, Lei das finanças locais) e Lei nº 151/2015, de 11 setembro (Lei do Enquadramento Orçamental

No plano das finanças locais as Câmaras têm um conjunto de receitas próprias que são elas que fixam as taxas. Estou a falar do IMI. Estou a falar da derrama. Estou a



falar de 5% de IRS que as Câmaras podem dispor. Não tanto, o Imposto de Selo, que também é uma receita própria das Câmaras Municipais. Mas no plano das finanças, as Câmaras têm autonomia administrativa e financeira, liberdade de fixar as taxas de receitas próprias.

c) O plano do pessoal autárquico

Não poderia existir autonomia local sem pessoal autárquico próprio, isto é, não podia ser o pessoal do Estado a executar as tarefas autárquicas. Por isso, é que tem de existir uma polícia municipal, e não apenas a PSP e a GNR. As autarquias locais possuem quadros de pessoal próprios, nos termos da lei, embora se aplique aos funcionários e agentes da administração local o regime dos funcionários e agentes do Estado, com adaptações (art. 243º CRP). Vd. Lei nº 35/2014, de 20-6 (Lei geral do trabalho em funções públicas) e Lei nº 80/2013, de 28-11. Decreto-Regulamentar nº 18/2009, de 4-9 (adapta o SIADAP aos serviços da administração autárquica).

Na questão do Pessoal autárquico a Constituição de Abril deu a possibilidade às Câmaras de terem um Quadro de Pessoal próprios, que o adequem às necessidades e às funções e à qualidade de serviço que querem prestar às populações. Têm essa liberdade de contratar mais pessoas, menos pessoas, de organizar internamente todos esses serviços que funcionam com essa autonomia, naturalmente determinado pelas competências próprias do Presidente da Câmara, pelas competências próprias da Câmara Municipal e com as competências próprias da Assembleia Municipal, que são os órgãos de representação máximo desse poder de autonomia administrativa e financeira.

d) O plano da tutela governamental

Para não lesar a autonomia local, no seu conteúdo essencial, o art. 242º.1 da CRP apenas prevê uma tutela da legalidade, quer quanto a competências próprias, quer quanto a competências delegadas. O Governo não exerce uma tutela do mérito, através de autorizações ou aprovações. Vd. Lei nº 27/96, de 1-8 (lei da tutela administrativa- só prevê tutela inspetiva e jurisdicionalização das sanções tutelares).

Consideradas as alíneas anteriores, pode-se indubitavelmente afirmar que o sistema jurídico português consagra uma autonomia e um poder local efetivos.

Neste plano, o Governo não tem nada que meter o bedelho, desculpem a expressão, na gestão autárquica municipal. O que o Presidente de Câmara, a Câmara e a Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências próprias, livres, também responsáveis, decidir, a Direção Geral das Autarquias Locais, ou a tutela inspetiva, é um controlo de legalidade, é só se os órgãos autárquicos respeitaram a lei que se aplica e não extravasaram a competência legal.

Não é um controlo de gestão, se decidiram bem aplicar o dinheiro aqui, ou o dinheiro ali. O Governo não exerce esse poder sobre as Autarquias Locais.

Porque é que eu refiro tudo isto?

Que é para chegar ao ponto da situação actual e dizer que tenho muito orgulho, muito, ao fim de 4 anos, no quinto discurso da Sessão Comemorativa da Assembleia Municipal e logo em Abril, de ter estado à frente de uma equipa na Câmara, da Câmara, dos Membros da Assembleia Municipal, anteriores e atuais e de todos os Funcionários Municipais, para dizer que ao fim de 5 anos, pelo menos um dos valores de Abril, nós conseguimos concretizar nestes 4 anos, no anterior mandato.



E, perguntem-me, hoje, dizer algumas palavras, o que é que eu fiz também para respeitar, para além de coisas genéricas, os valores de Abril?

A realidade sobrepõe-se às palavras e apenas 6 meses depois, também no âmbito dos valores de Abril, o Povo ter dito: Este Presidente da Câmara tem que continuar e o Partido Socialista tem que governar o Concelho nos próximos 4 anos.

Não é só dizer que o Povo tem direito a decidir. Temos que também interiorizar, naturalmente respeitando o quadro próprio dos direitos de oposição, de informação, propostas, de crítica, tudo isto, mas também que interiorizar, era o que faltava, que o Povo foi chamado a decidir e decidiu.

Portanto, há eleições daqui a 4 anos. E o Povo disse: Este Presidente continua. O Partido Socialista continua a governar a Câmara. E daqui a 4 anos estamos cá para fazer o julgamento, naturalmente, do que fez, quem está na situação, quem tem os meios e segundo as propostas também da Oposição.

Mas, meus caros amigos:

Os resultados e por isso é que eu falei no valor constitucional da autonomia administrativa e financeira da Câmara, falam por si.

A Câmara recuperou em Agosto passado, entre o 25 de Abril de 43 e o 25 de Abril de 44, o seu bem mais precioso, pelo qual lutaram muitas gerações e é um dos valores de abril consagrados na constituição da república: recuperou em agosto passada a sua autonomia administrativa e financeira, que era um valor que estava consagrado na Constituição de 1976.

Que havia, alguns anos antes, de alguma maneira, perdido, não totalmente, mas ficou sujeita a uma série de obrigações, que a liberdade permitiu que fossem feitas, mas que depois a tutela administrativa obrigou a que tivéssemos uma redução na nossa autonomia administrativa e financeira.

E, meus queridos amigos:

Pior que o cego, com respeito pelas pessoas com essa infelicidade, eu acho que é aquele que não quer ver.

- O endividamento da Câmara, nos 4 anos, desde o discurso de 2014 até agora, baixou de 15 milhões de euros para 10 milhões de euros;

- A Câmara saiu do PAEL e da reestruturação financeira a que estava obrigada, em agosto passado, com um Despacho de três Secretários de Estado;

- O número de desempregados inscritos, residente no concelho de Nelas, no Instituto de Emprego, o número atingiu os 400, quando em 2013, quando tomámos posse, eram 900, só os residentes inscritos no Instituto de Emprego;

- Os empresários não param de investir e muitos nos procuram para se instalar.

Eu ia responder, na próxima sexta-feira, na Assembleia Municipal, à Senhora Deputada Teresa, relativamente à questão da Covercar. Não há deslocalização nenhuma. Há um protocolo assinado entre a Covercar e a Câmara Municipal, que eu, na sexta-feira lhe facultarei, em que havia um conjunto de direitos e obrigações e a Covercar comprometeu-se a criar, na Zona Industrial da Ribeirinha, que não tinha quase infraestrutura nenhuma, há 3 anos, 80 a 100 Trabalhadores. Está no protocolo.

Ontem estive na empresa, ainda lá trabalham 165 Trabalhadores. Portanto, não há nenhuma deslocalização da Covercar, bem pelo contrário, há uma consolidação e um contrato com a Auto Europa, que se mantém até 2023 e, portanto, isso não constitui e há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

informação, que futuramente será revelada, de muitos outros empresários a querer investir no Concelho de Nelas.

Os investimentos municipais continuam em todo o concelho - Obras das compensações de Girabolhos, ETAR,s em construção e sistemas interceptores, escolas, reabilitação urbana, expansão industrial, as questões continuam.

Abertura de concursos para novos investimentos, como vai acontecer relativamente a uma infraestrutura importante em Santar, vai acontecer, relativamente à CAVE, na reunião de Câmara de amanhã vai ser apreciado.

As candidaturas continuam ao PT 2020.

Novos Projectos continuam em curso.

O Movimento Associativo forte, IPSS,s fortes, Instituições fortes, dois valentes Corpos de Bombeiros no Concelho de Nelas e uma boa estrutura de proteção civil.

Iniciativas sociais que continuam no centro das nossas preocupações (universidade sénior, cartão sénior municipal, cuidadores informais, encontros intergeracionais).

E MUITO IMPORTANTE decorrente da nossa recuperação total autonomia administrativa e financeira e, por isso é que eu tive a conversa, há bocado, da autonomia administrativa e financeira, e estou a terminar.

É possível, uma das coisas que a Câmara não podia fazer durante o período de restrições da sua autonomia administrativa e financeira era contratar Trabalhadores, era adequar o seu Quadro de Pessoal, que é um dos elementos essenciais da sua autonomia administrativa e financeira, às suas necessidades.

Isso foi recuperado. Está em curso, inclusivé, já nos Órgãos Autárquicos, da regularização de alguns precários, por via de uma Lei de Regularização de Precários, mas também a possibilidade existente de abrir o Quadro do Pessoal para ajustar a estrutura de recursos humanos às necessidades da população.

E uma coisa mais importante, meus amigos, e para quem está desiludido com os últimos 5 anos da presidência do Presidente Dr. Borges da Silva e, curiosamente, durante o mês de abril, é muito gratificante ter sido 4 anos, mais 6 meses, Presidente de Câmara, em que neste mês de abril de 2018, as pessoas receberam a liquidação do IMI, com o IMI, historicamente, mais baixo de sempre no Concelho de Nelas.

Se outro motivo não houvesse para estar satisfeito com todo o trabalho desenvolvido nos últimos 5 anos, é olharem para a vossa liquidação de IMI e verem lá 0,45% baixou para 0,30%. Isso só é possível porque recuperámos a nossa autonomia administrativa e financeira, porque não o podíamos fazer isso e agora podemos fazer isso e podemos, como os Órgãos Autárquicos decidiram, deixar 500.000.00 euros, ou 800.000,00 euros nos Municípios, nas Famílias e nas Empresas.

IMI baixou para um mínimo histórico

A esperança continua pois!

Mas também a responsabilidade dela decorrente, temos essa consciência!

Mas o que já fizemos, nos como gestores, as famílias, as empresas e toda a comunidade municipal também fala por si!

Todos somos, no espírito e valores de Abril, poucos no entanto para corresponder a essa esperança, qualquer que seja a nossa livre convicção ideológica,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

religiosa ou partidária, a que nos vinculamos mais uma vez nesta cerimónia e na nossa vivência coletiva.

Como em 2014 continuamos com o dever e o destino, como o magistral Gabriel Garcia Marquez dizia de cumprir o destino daqueles que se deixam “levar por sua convicção de que os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão á luz, e sim que a vida os obriga, outra vez e muitas vezes, como a mim e acho que a Câmara, a se parirem a si mesmos”.

Viva o Concelho de Nelas.

Viva Portugal.

Vivam os valores e a esperança de Abril.

Muito obrigado.”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, declaro encerrada a sessão solene comemorativa do 25 de Abril.

Agradeço a participação de todos a quem convido para o programa que se segue, que é a:

- **Declamação de poemas pelos alunos da “Universidade Sénior”**

- **Entrega do “Cartão Sénior Municipal” aos novos aderentes.**

Para apresentação da atividade da Universidade Sénior, chamo o Senhor Dr. Maia Rodrigues, agora na qualidade de Professor da Universidade Sénior, para apresentar a atividade.

Assim, de seguida, foram declamados alguns poemas pelos Alunos da Universidade Sénior.

Interveio o Senhor Dr. Maia Rodrigues, agora na qualidade de Aluno e Professor da Universidade Sénior, que fez uma intervenção alusiva à atividade desenvolvida pela referida Universidade Sénior e à criação do “Cartão Sénior Municipal.”

Passou-se, por fim, à entrega do “Cartão Sénior Municipal” aos novos aderentes.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: